

ANEXO I
(a que se refere o subitem 2.2 e o subitem 2.2.2, ambos deste Edital)

DELEGAÇÕES VAGAS

Nº	Município	Serventia	Atribuições	Critério de ingresso	Observações	Ações em andamento
1	Luís Domingues	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	PROVIMENTO	Aposentadoria do titular	
2	Porto Rico do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	PROVIMENTO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
3	Serrano do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	PROVIMENTO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
4	São Raimundo do Doca Bezerra	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	REMOÇÃO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
5	Central do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	PROVIMENTO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
6	Belágua	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	PROVIMENTO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
7	São Roberto	ÚNICO	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91	REMOÇÃO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
8	Bacurituba	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	PROVIMENTO	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
9	Tufilândia	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
10	Olinda Nova do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
11	Alto Alegre do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
12	Jatobá	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
13	São Luís	1º Tabelionato de Protesto	Art. 187 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
14	Graça Aranha	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
15	Alcântara	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
16	São Félix de Balsas	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91, art. 192	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
17	Matões do Norte	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
18	Lago Verde	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar	PROVIMENTO	Renúncia do titular	

			Estadual nº 14/91			
19	Governador Eugênio Barros	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
20	Porto Franco	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
21	Turilândia	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
22	Presidente Vargas	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
23	Araguanã	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
24	São Luís	3ª Zona de RCPN	Art. 187 I da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
25	São Benedito do Rio Preto	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
26	Matões	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Morte do titular	
27	Bom Lugar	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
28	Porto Franco	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
29	Amarante do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
30	Caxias	4º Ofício	Art. 189 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Morte do titular	
31	Pirapemas	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
32	Bom Jesus das Selvas	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
33	São Raimundo das Mangabeiras	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Vacância declarada pelo CNJ (Decisão Judicial do STF no MS 29082)	
34	Lago dos Rodrigues	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
35	Cândido Mendes	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
36	São Francisco do Brejão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
37	São Luís	5ª Zona de RCPN	Art. 187 I da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
38	Cururupu	1º Ofício	Art. 191 I da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
39	Bom Jardim	2º Ofício	Art. 191 II da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
40	Imperatriz	6º Ofício	Art. 188 III da Lei Complementar	PROVIMENTO	Morte do titular	

			Estadual nº 14/91			
41	São Luís	2º Tabelionato de Notas	Art. 188 IV da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
42	Itapecuru-Mirim	2º Ofício	Art. 190 II da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
43	Amapá do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
44	Barão de Grajaú	1º Ofício	Art. 191 I da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
45	Chapadinha	2º Ofício	Art. 191 II da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
46	Bacuri	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
47	Itapecuru-Mirim	3º Ofício	Art. 190 III e parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
48	Capinzal do Norte	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
49	Alto Alegre do Pindaré	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
50	Codó	2º Ofício	Art. 190 II da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
51	Governador Newton Bello	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
52	Guimarães	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
53	Pio XII	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
54	Lagoa do Mato	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
55	Cachoeira Grande	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
56	Humberto de Campos	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
57	Montes Altos	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Invalidez do titular	
58	Carutapera	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Perda da delegação	
59	Brejo de Areia	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
60	São João Batista	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
61	São Vicente Ferrer	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	

62	Maranhãozinho	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
63	Monção	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Morte do titular	
64	Governador Nunes Freire	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
65	Peritoró	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
66	São Domingos do Azeitão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Renúncia do Titular	
67	Bom Jardim	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Morte do Titular	
68	Imperatriz	3º Ofício	Art. 188 II da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Perda da delegação (PAD 20893/2018)	
69	São José dos Basílios	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Perda da delegação (PAD 30089/2020)	
70	Santa Luzia do Paruá	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do Titular	
71	Nina Rodrigues	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	REMOÇÃO	Renúncia do titular realizada na 3ª audiência do concurso 2016	
72	Presidente Médici	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular na 3ª audiência de escolha	
73	Peri-Mirim	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
74	Pinheiro	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Morte do Titular	
75	Presidente Juscelino	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Perda da delegação	Processo Administrativo 8504/2021
76	Santa Quitéria	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
77	Pastos Bons	2º OFÍCIO	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
78	Paulino Neves	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
79	Milagres do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	
80	Água Doce do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	REMOÇÃO	Renúncia do titular	
81	Balsas	1º OFÍCIO	Art. 191 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	PROVIMENTO	Vacância declarada pelo CNJ	Sub Judice, em decorrência do processo Administrativo Nº0005727-56.2021.2.00.0000
82	Mirinzal	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	REMOÇÃO	Renúncia do titular	Processo Administrativo 448152022
83	Joselândia	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº	PROVIMENTO	Morte do Titular	Processo Administrativo

			14/92			53700-2022
84	Junco do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	Processo Administrativo 57237-
85	Imperatriz	8º OFÍCIO	Art. 188, IV, da Lei Complementar nº 14/94, acrescida pela LC n.º 257/2022	REMOÇÃO	Serventia Criada	
86	Amarante do Maranhão	2º OFÍCIO	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/93, acrescida pela LC n.º 257/2022	PROVIMENTO	Serventia Criada	
87	Araioses	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	PROVIMENTO	Renúncia do titular	Processo Administrativo 71842023
88	São Luís	1º Tabelionato de Notas	Art. 187 da Lei Complementar Estadual nº 14/91	REMOÇÃO	Extinção de delegação. Acórdão Publicado no DJe em 15/02/2023	Processo Administrativo nº 5552022

ANEXO II
MODELOS DE DECLARAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

Modelo nº 1
(referente à alínea “d” do subitem 5.1.1 deste Edital)

À
Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Inscrição
Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023

Eu,(nome do candidato), portador do RG nº e inscrito no CPF sob o nº....., declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023, que minha renda familiar per capita/mês não é superior a R\$100,00 (cem reais).

Compõem o núcleo familiar:

NOME	GRAU DE PARENTESCO	IDADE	RENDA (R\$) INDIVIDUAL DE CADA MEMBRO

Data:

Assinatura:

Modelo nº 2
(referente à alínea “c” do subitem 5.1.2 deste Edital)

À
Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da inscrição
Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023.

Eu,(nome do candidato), portador do RG nº e inscrito no CPF sob o nº....., declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023, que efetuei, ao menos, três doações no período de um ano anterior à data de publicação deste Edital.

Data:

Assinatura:

Modelo nº 3
(referente à alínea “c” do subitem 5.1.3 deste Edital)

À

Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Inscrição
Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023.

Eu,(nome do candidato), portador do RG nº e inscrito no CPF sob o nº....., declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023, que possuo documento oficial (carteirinha de doador) emitida pelo Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME.

Data:

Assinatura:

Modelo nº 4
(referente à alínea “c” do subitem 5.1.4 deste Edital)

À

Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Inscrição
Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023.

Eu,(nome do candidato), portador do RG nº e inscrito no CPF sob o nº....., declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023, que fui convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral para prestar serviços no período eleitoral visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais.

Data:

Assinatura:

ANEXO III

(a que se refere o subitem 10.2, o subitem 11.4, o subitem 12.3.2 e o subitem 14.1, todos deste Edital)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS DISCIPLINAS E MATÉRIAS DA PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO, DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA E DA PROVA ORAL

REGISTROS PÚBLICOS (DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL)

1. Teoria Geral dos Atos Notariais: gêneros e espécies. Princiologia notarial: do Direito Notarial e da atividade notarial. Publicidade dos atos notariais. Fé pública notarial. Delegações e aspecto institucional dos serviços notariais.
2. Teoria Geral dos Registros Públicos. Princípios. Espécies. Objeto. Finalidade. Função. Fé pública registrária. Delegação e aspecto institucional dos serviços de registros públicos.
3. Lei dos Registros Públicos (Lei Federal nº 6.015/73).
4. Noções gerais de documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros e sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.
5. Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.
6. Registro Civil das Pessoas Naturais. Competência e atribuições. Escrituração. Ordem do serviço. Publicidade. Conservação. Responsabilidade. Expediente ao público. Certidões. Comunicações. Disposições Gerais. Princípios informativos. Livros e Indicadores em geral e específico. Títulos extrajudiciais e judiciais. Qualificação. Registros. Averbações. Anotações. Remissões Recíprocas. Registro Civil das Pessoas Naturais em geral. Penalidades. Nascimento. Nome civil. Prenome e sobrenome. Registro fora do prazo. Competência. Procedimento de dúvida. Habilitação para casamento. Proclamas. Casamento. Celebração do casamento. Registro do casamento religioso para efeitos civis. Conversão da união estável em casamento. União estável homoafetiva. Registro civil de escrituras de separação e divórcio consensuais, e correlatas. Óbito. Disposições gerais. Da declaração de óbito anotada pelo serviço funerário. Cremação. Emancipação. Interdição. Ausência. Morte presumida. Curatela. Tutela. Adoção. Investigação de paternidade. Negatória de paternidade. Substituição e destituição do poder familiar. Guarda. Averbações. Anotações. Retificações. Restaurações. Suprimentos. Traslados de assentos lavrados no exterior. Opção de nacionalidade. Estatuto do Estrangeiro. Reconhecimento de filhos. Gratuidade no Serviço de Registro Civil. Fundo de ressarcimento dos atos gratuitos.
7. Tabelionato de Notas. Objeto. Finalidade. Atribuições. Competências. Responsabilidade civil e tributária. Prepostos. Substitutos. Incompatibilidades e impedimentos. Negócio jurídico. Livros. Escrituras públicas (compra e venda, doação, pactos, declaração, revogação, emancipação, reconhecimento de paternidade, união estável, etc). Escrituras públicas de cessão de direitos hereditários. Escrituras públicas de aquisição de imóvel rural. Escrituras públicas de divisão de imóvel urbano e rural. Escrituras públicas de inventário e partilha, de separação e de divórcio. Escrituras públicas de constituição e dissolução de união estável. Declarações antecipadas de vontade. Atas notariais. Testamentos. Procurações. Reconhecimentos de firmas. Autenticação de cópias. Escrituração dos atos. Arquivamentos. Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis (ITBI) e sua incidência na atividade notarial. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCD) e sua incidência na atividade notarial. Documentação necessária para a prática de atos notariais. Comunicações. Emolumentos. Fiscalização. Taxa judiciária. Selos. Central eletrônica de atos notariais e registrais. Central notarial de serviços eletrônicos compartilhados – CENSEC.
8. Tabelionato de Protesto: Atribuições. Escrituração. Ordem de Serviço. Publicidade. Conservação. Responsabilidade. Protesto. Do protesto por indicação. Qualificação dos títulos e documentos de dívida. Alcance. Procedimento e formalidades. Natureza e finalidade. Informações e certidões. Cancelamento. Sustação. Averbações. Responsabilidade civil e tributária. Custas e emolumentos. Procedimento de Dúvida.
9. Registro de Imóveis: Sistemas de publicidade registral imobiliária. Princípios do Registro de Imóveis: Continuidade, Especialidade, Legalidade, Inscrição, Presunção e Fé Pública, Concentração, Instância e Prioridade. Atribuições. Escrituração. Ordem de Serviço. Publicidade. Conservação. Responsabilidade civil e tributária. Disposições gerais do Registro de Imóveis. Princípios informativos. Livros e classificadores. Certidões. Registro. Averbações. Prenotação. Anotações. Comunicações. Títulos extrajudiciais e judiciais. Qualificação. Alcance. Notificações. Procedimento de dúvida. Processo de registro. Matrícula. Retificações e georreferenciamento. Sistema de financiamento Imobiliário. Alienação Fiduciária com garantia de bem imóvel. Parcelamento do solo rural e urbano. Loteamentos. Condomínios, Incorporações e Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro de Habitação. Contratos Imobiliários. Compromisso de Compra e venda. Permuta. Loteamento. Reserva Legal. Desafetação. Tombamento. Restrições convencionais e legais. Terrenos de Marinha. Ocupação de imóvel aforado. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro. Cédulas de Crédito Rural, Industrial, Comercial, Bancário, à Exportação e de Produto Rural. Imposto de Transmissão Inter Vivos e Causa Mortis. Bem de Família. Registro Torrens. Hipoteca. Remição do Imóvel Hipotecado. Documentos estrangeiros.

10. Registro de Títulos e Documentos: Atribuições. Competência expressamente prevista pela Lei Federal nº 6.015/73; competência residual; e, competência prevista em legislação esparsa. Contrato de alienação fiduciária de bens móveis. Penhor Comum. Penhor de Direito. Penhor de veículos. Registro do Contrato de Locação. Consórcio simplificado de produtores rurais. Instrumentos particulares declaratórios de união estável. Escrituração. Transcrição e Averbação. Ordem de serviço. Efeitos do Registro. Defeitos e Vícios do documento apresentado. Documentos escritos em língua estrangeira. Alcance da responsabilidade do Oficial. Notificações extrajudiciais. Sistema de Registro Eletrônico de Títulos e Documentos - Provimento nº 48 do Conselho Nacional de Justiça.

11. Registro Civil das Pessoas Jurídicas: Ordem de serviço. Publicidade. Conservação. Responsabilidade civil e tributária. Escrituração. Matrícula de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias. Partidos políticos. Associações. Caixas Escolares. Serviço Social Autônomo. Consórcios Públicos de Direito Privado. Fundação de direito privado, com instituidor privado; Fundação de direito privado, com instituidor público; e, Fundação de direito público. Organizações Religiosas. Santa Sé e o registro de Instituições Eclesiásticas. Qualificações da pessoa jurídica: organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP; Organização Social – OS; e, Sindicatos. Sociedades: Sociedade Simples; Sociedade Simples em Nome Coletivo; Sociedade Simples em Comandita Simples; Sociedade Simples Limitada. Sociedade Limitada Unipessoal. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Sociedade de Propósito Específico. Livros Contábeis da Pessoa Jurídica. Escrituração Contábil Digital.

12. Legislação: **Leis Federais** n.ºs: 4.380/64, 4.504/64, 4.591/64, 4.728/65; 4.864/65; 4.947/66; 5.172/66; 5.474/68; 5.709/71; 5.868/72; 6.015/73; 6.313/75; 6.383/76; 6.634/79; 6.739/79, 6.766/79; 6.840/80; 6.938/81; 7.357/85; 7.433/85; 8.004/90; 8.009/90; 8.069/90; 8.159/91; 8.212/91; 8.245/91; 8.560/92, 8.929/94, 8.935/94; 8.629/93; 9.069/95; 9.637/98; 9.790/99; 9.138/95; 9.393/96; 9.433/97; 9.492/97; 9.514/97; 9.636/98; 9.785/99; 9.985/00; 10.169/00, 10.200/01; 10.257/01; 10.267/01; 10.406/02; 10.931/04; 11.101/05; 11.107/05; 11.419/06; 11.481/07; 11.508/07; 11.795/08; 11.802/08; 11.977/09; 12.651/12; 13.097/15; 13.105/15; 13.445/17; Lei Complementar nº 123/06. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. **Decretos-Leis**: 58/37; 200/67; 3.365/41; 4.657/42; 167/67; 271/67; 413/69; 911/69. Decretos Federais: 24.643, de 10 de julho de 1934; 3.709, de 15 de setembro de 1938; 59.566, de 14 de novembro de 1966; 62.504, de 08 de abril de 1968; 74.965, de 26 de novembro de 1974; 93.240, de 9 de setembro de 1986; 4.449, de 30 de outubro de 2002; 6.022, de 22 de janeiro de 2007; 7.107, de 11 de fevereiro de 2010; 8.660, de 29 de janeiro de 2016; 9.310, de 15 de março de 2019; Decreto Legislativo 148, de 6 de julho de 2015. Constituição Federal. **Atos normativos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ**: Recomendação nº 3, de 15 de março de 2012; Recomendação nº 6, de 02 de julho de 2012; Recomendação nº 9, de 07 de março de 2013; Recomendação nº 11, de 06 de abril de 2013; Resolução conjunta CNMP/CNJ nº 03, de 19 de abril de 2012; Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007; Resolução nº 120, de 30 de setembro de 2010; Resolução nº 179, de 03 de outubro de 2013; Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013; Resolução nº 220, de 26 de abril de 2016; Resolução nº 228, de 22 de julho de 2016. Provimento nº 13/2010; Provimento nº 14/2011; Provimento nº 15/2011; Provimento nº 16/2012; Provimento 17/2012; Provimento nº 18/2012; Provimento nº 23/2012; Provimento Nº 24/2012, Provimento nº 25/2012; Provimento nº 27/2012, Provimento nº 28/2013; Provimento nº 30/2013, Provimento nº 31/2013; Provimento nº 33/2013, Provimento nº 37/2014; Provimento nº 39/2014; Provimento nº 40/2014; Provimento nº 43/2015; Provimento nº 44/2014; Provimento nº 45/2015; Provimento nº 46/2015; Provimento nº 48/2016; Provimento nº 50/2015; Provimento nº 51/2015; Provimento nº 53/2016; Provimento nº 56/2016; Provimento nº 59/2017, Provimento nº 60/2017; Provimento nº 61/2017; Provimento nº 62/2017; Provimento nº 63/2017; Provimento nº 65/2017; Provimento nº 66/2018, Provimento nº 67/2018; Provimento nº 69/2018; Provimento nº 70/2018; Provimento nº 72/2018; Provimento nº 73/2018; Provimento nº 74/2018; Provimento nº 76/2018; Provimento nº 77/2018; Provimento nº 78/2018, Provimento nº 81/2018, Provimento nº 82/2019, Provimento nº 83/2019, Provimento nº 86/2019, Provimento nº 87/2019, Provimento nº 89/2019, Provimento nº 100/2020, Provimento nº 119/2021.

13. Enunciados das Súmulas do STF e do STJ.

14. Código de Divisão e Organização judiciárias do Maranhão - Lei Complementar Estadual nº 14/1991, consolidado até Lei Complementar n.º 257/2022.

15. Provimento nº 11/2013 – Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

16. Emolumentos relativos aos atos notariais e de registro – Lei Estadual nº 9.109, de 29 de dezembro de 2009, atualizada através da Resolução-GP nº 125, de 14 de dezembro de 2022.

17. Resoluções e Provimentos do Tribunal de Justiça do Maranhão relativas aos serviços extrajudiciais, disponíveis em: <http://www.tjma.jus.br/midia/serventias/pagina/hotsite/500284/provimentos-cgjma>.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. História Geral e do Brasil
2. Atualidades brasileiras e mundiais: economia e política. Política nacional e internacional.
3. Literatura brasileira e portuguesa.
4. Geografia brasileira e mundial.
5. Raciocínio lógico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Teoria Geral do Estado.
2. Teoria da Constituição. Constitucionalismo. Conceito e classificação das Constituições.
3. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Reforma, revisão e emenda da Constituição.
4. Princípios constitucionais.
5. Interpretação e aplicabilidade da norma constitucional.
6. Controle de constitucionalidade.
7. Princípios fundamentais constitucionais.
8. Direitos e garantias fundamentais. Histórico. Conceito e distinção. Classificação. Garantias constitucionais. Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança. Tutela dos direitos e deveres individuais, difusos e coletivos.
9. Organização do Estado brasileiro. União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Intervenção.
10. Da administração pública.
11. Dos servidores públicos.
12. A organização dos Poderes. O Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça. As funções essenciais à Justiça. Tribunal de Contas.
13. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.
14. Direitos sociais. Dos direitos dos trabalhadores. Da associação sindical, suas prerrogativas e poder de representação. Do direito de greve.
15. Da Nacionalidade. Dos Direitos Políticos. Dos partidos políticos.
16. Da ordem econômica e financeira. Dos Princípios. Da intervenção do Estado no domínio econômico. Do Sistema Financeiro Nacional.
17. Da ordem social. Da seguridade social. Conceito e princípios, finalidade, organização e diretrizes que regem a previdência e assistência social.
18. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.
19. Do Regime jurídico dos serviços notariais e de registro e fiscalização.
20. A Constituição da República Federativa do Brasil e suas emendas.
21. Súmulas Vinculantes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O Direito Administrativo e suas fontes.
2. Administração pública. Estado: poderes, funções, autonomia administrativa.
3. Administração pública: conceito e características. Órgãos públicos e Agentes públicos. Princípios administrativos.
4. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Deveres dos administradores públicos. Hierarquia e disciplina administrativas.
5. Poder de polícia. Conceito. Fundamentos. Finalidade e âmbito de incidência e atuação. Limites e características. Legitimidade da polícia administrativa.
6. Atos administrativos. Conceito. Elementos. Características. Mérito administrativo. Formação e efeitos. Espécies.
7. Processo e procedimento administrativo.
8. Contrato administrativo. Conceito. Normatização. Espécies. Cláusulas de privilégio. Equação econômico-financeira. Formalização. Duração, prorrogação, renovação, inexecução e extinção. Sanções. Convênios e consórcios.
9. Licitação, Serviços públicos e Obra Pública.
10. Concessão, permissão e delegação de serviços públicos. Normatização. Distinções e características.
11. Parceria público-privada (Lei nº 11.079/2004).
12. Administração direta e indireta. Conceito, características e distinções.
13. Responsabilidade civil do Estado. Conceito. Evolução histórica e posição do Direito brasileiro. Responsabilidade objetiva. Atos legislativos e atos judiciais. Reparação do dano e direito de regresso.
14. Servidores públicos. Agentes públicos e servidores públicos. Regimes jurídicos funcionais. Organização funcional. Regime constitucional (concurso, acessibilidade, acumulação de cargos e funções, estabilidade, regime previdenciário, aposentadoria e pensões, disponibilidade, mandato eletivo, remuneração e greve). Responsabilidade dos servidores públicos e agentes estatais.
15. Direito Administrativo Sancionador.
16. Improbidade administrativa.
17. Intervenção do Estado na propriedade. Conceito e características. Fundamentos. Modalidades.
18. Desapropriação.
19. Atuação do Estado no domínio. Conceito. Formas de atuação.
20. Controle da Administração Pública. Conceito. Fundamentos. Controle administrativo, legislativo e judicial. Poder Público em juízo.

21. Bens públicos.

22. Código de Divisão Judiciária do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual nº 14/1991, consolidado até Lei Complementar n.º 257/2022).

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Constituição Federal. Sistema Tributário Nacional. Código Tributário Nacional

2. Tributo. Conceito. Norma tributária. Normas gerais. Fontes. Interpretação e integração. Princípios do Direito Tributário.

3. Impostos, taxas e contribuições de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições.

4. Competência tributária. Impostos da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

5. Limitações ao poder de tributar.

6. Repartição das receitas tributárias.

7. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Sujeito ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Elementos. Incidência, não incidência, imunidade e isenção. Decadência.

8. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Constituição. Suspensão. Extinção. Exclusão. Garantias e privilégios. Prescrição.

9. Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa: conceito, inscrição. Processo Tributário Administrativo. Certidão de dívida ativa: natureza jurídica, presunção de certeza e liquidez.

10. Emolumentos relativos aos atos notariais e de registro – Lei Estadual nº 9.109, de 29 de dezembro de 2009, atualizada através da Resolução-GP nº 125, de 14 de dezembro de 2022.

11. Precedentes do STF, STJ e TJMA em matéria tributária.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro: Vigência e duração da lei. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação e integração da lei. Disposições de Direito internacional privado

2. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Do direito da personalidade, seus princípios e características. Atributos da pessoa física. Do nome. Do domicílio. Das pessoas jurídicas. Atributos das pessoas jurídicas. Espécies de pessoas jurídicas no Direito privado. Da extinção da personalidade.

3. Dos bens: Do patrimônio e suas espécies. Dos bens. Classificação dos bens.

4. Dos fatos e negócios jurídicos: Dos fatos jurídicos. Dos negócios jurídicos. Classificação dos negócios jurídicos. Características, elementos, pressupostos e efeitos dos negócios jurídicos. Defeitos dos negócios jurídicos. Da invalidade do negócio jurídico. Dos atos ilícitos. Prescrição e decadência. Das provas.

5. Das obrigações: Conceito, elementos, modalidades e efeitos das obrigações. Da transmissão das obrigações. Das formas de extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Cláusula penal. Arras.

6. Dos contratos: Da classificação dos contratos. Dos elementos dos contratos. Princípio da boa-fé contratual. Da formação dos contratos. Dos efeitos dos contratos. Das formas de extinção dos contratos. Da função social dos contratos. Dos limites à liberdade contratual. Dos vícios redibitórios. Da evicção. Do contrato preliminar. Da exceção do contrato não cumprido. Das formas de interpretação dos contratos. Dos contratos em espécie. Do contrato de compra e venda. Da promessa de compra e venda. Da permuta. Do contrato estimatório. Do contrato de doação. Da locação no Código Civil e na Lei do Inquilinato. Do comodato. Do mútuo. Do depósito. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Do contrato de comissão. Do contrato de agência e distribuição. Do contrato de corretagem. Do contrato de seguro e suas modalidades. Do contrato de fiança. Da representação comercial: Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. Dos atos unilaterais. Da responsabilidade civil.

7. Do direito das coisas: Da posse, conceito, objeto, elementos, função e efeitos da posse. Da classificação da posse. Da aquisição da posse. Da sucessão na posse. Da perda da posse. Da tutela da posse. Do domínio. Da detenção. Dos direitos reais. Teorias sobre os direitos reais. Classificação e atributos dos direitos reais. Da propriedade: aquisição, transmissão e perda da propriedade. Propriedades temporárias. Da tutela do domínio. Do direito de vizinhança. Do condomínio. Do condomínio edilício. Do direito de superfície. Da servidão. Do usufruto, do uso e da habitação. Do direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia: do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da alienação fiduciária em garantia.

8. Do direito de família: Da família: conceito, características e natureza jurídica. Do casamento: conceito, natureza jurídica, espécies e efeitos. Celebração e extinção do casamento. Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, do CNJ. Da proteção da pessoa dos filhos. Dos regimes de bens. Das relações de parentesco. Das ações relativas à filiação. Dos alimentos. Dos alimentos gravídicos- Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008. Da adoção. Do bem de família. Lei nº 8.009, de 29 e março de 1990. Do Poder Familiar. Da união estável. Da guarda, tutela e curatela.

9. Do direito das sucessões: Da abertura da sucessão. Das espécies de sucessão. Da legitimação para suceder. Da vocação hereditária. Da herança: aceitação e renúncia. Da indignidade e da deserção. Dos testamentos: espécies de testamentos. Disposições testamentárias. Das modificações das disposições testamentárias. Dos legados. Do direito de

acrescer. Das espécies de substituição. Do fideicomisso. Do inventário e da partilha. Espécies e procedimentos. Da sonegação.

10. Do direito do consumidor: Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.

11. Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas modificações.

12. Do direito da criança e do adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas modificações.

13. Estatuto da Pessoa Idosa: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

14. Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

15. Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.

16. Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997

17. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

18. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

19. Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013.

20. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

21. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

22. Lei nº 4.591/64 – Condomínio em Edificações e as Incorporações Imobiliárias.

23. Lei nº 4.504/65 – Estatuto da Terra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Fontes do Direito Processual Civil. Princípios e Normas Fundamentais do Processo Civil.

2. A Função Jurisdicional: jurisdição e ação.

3. Competência: critérios de determinação, competência em razão do valor da causa, competência em razão da matéria; competência funcional, competência territorial, modificações de competência e foro de eleição.

4. Sujeitos do Processo. Partes e Procuradores. Pluralidade de partes: litisconsórcio, intervenção de terceiros, assistência, denunciação da lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica e *amicus curiae*. Órgãos judiciários e auxiliares da Justiça.

5. Atos Processuais: forma, tempo, lugar e prazos; comunicação e nulidades. Formação, Suspensão e Extinção do processo.

6. Tutela Provisória. Tutela de Urgência e Tutela da Evidência.

7. Processo e Procedimentos. Procedimento comum. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

8. Provas: produção antecipada de provas, ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, documental, documentos eletrônicos, testemunhal, pericial e inspeção judicial. Ônus e valoração da prova. Audiência.

9. Sentença: conceito, requisitos, classificação e efeitos. Da remessa necessária. Coisa julgada. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença.

10. Processo de Execução: disposições gerais, princípios, partes, competência e requisitos da execução. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Arresto, penhora e expropriação de bens. Fraude à execução e fraude contra credores. Embargos do devedor e outras formas de resistência do devedor. Bens penhoráveis e impenhoráveis. Bem de Família (Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990).

11. O Processo nos Tribunais: Incidente de assunção de competência (IAC). Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de Competência. Homologação de decisão estrangeira e concessão do *exequatur* à carta rogatória. Ação Rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). Reclamação.

12. Recursos: Disposições gerais. Recursos de apelação, agravos, embargos de declaração, ordinário, especial e extraordinário.

13. Provimento nº 11/2013 – Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

14. Procedimento de Dúvida na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

15. Assistência Judiciária (gratuidade da justiça). Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública. Ações Locatícias. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. Súmulas do STF e STJ.

DIREITO PENAL

1. Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). Princípios Penais. Da aplicação da lei penal.

2. Do crime. Da culpabilidade. Da imputação penal. Do concurso de pessoas.

3. Das penas. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

4. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.

5. Aspectos penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e emendas constitucionais posteriores à sua edição; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano); Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Preconceito de raça ou de cor); Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da

Criança e do Adolescente); Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (crimes hediondos); Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (crimes contra a ordem tributária); Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 (crimes contra a ordem tributária e cria o sistema de estoques); Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (juizados especiais cíveis e criminais); Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (crimes de tortura); Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (crimes ambientais); Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 (propriedade intelectual e programa de computador); Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (crimes contra o sistema financeiro); Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (estatuto da pessoa idosa); Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (estatuto do desarmamento); Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (recuperação judicial e a falência); Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (violência doméstica – Lei Maria da Penha); Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (lei de tóxicos); Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (crime organizado); Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (Crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores).
6. Súmulas STJ e STF.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Norma processual penal. Fontes do direito processual penal. Princípios Processuais Penais. Súmula vinculante. Princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis. Interpretação e integração. A lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
2. Interpretação da Lei Processual Penal. Imunidades. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais.
3. Direitos e garantias constitucionais no Direito Processual Penal. Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941).
4. Investigação criminal e órgãos investigativos. Inquérito policial. Auto de prisão em flagrante delito.
5. Ação penal. Extinção da punibilidade no CPP e na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Questões e procedimentos incidentes.
6. Provas. Sujeitos do processo. Prisão, liberdade provisória e medidas cautelares. Atos e prazos processuais. Citações e intimações. Sentença e provimentos judiciais. Coisa julgada. Processo e procedimentos em espécie.
7. Nulidades. Recursos. Revisão criminal. Habeas Corpus. Mandado de segurança criminal. Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).
8. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e emendas constitucionais posteriores à sua edição; Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (código eleitoral); Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (crimes de preconceito de raça ou de cor); Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (prisão temporária); Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente); Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (juizados especiais cíveis e criminais); Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (crimes ambientais); Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (estatuto da pessoa idosa) Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (estatuto do desarmamento); Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (recuperação judicial e a falência); Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (violência doméstica – Lei Maria da Penha); Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (lei de tóxicos); Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006 (súmula vinculante); Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (crime organizado); Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (Crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores) 9. Súmulas STJ e STF.

DIREITO COMERCIAL

1. A empresa. O empresário; caracterização e inscrição; capacidade; nome, empresário individual.
2. A sociedade. As sociedades não personificadas e sociedades personificadas; sociedades empresárias; classificação e tipos; conceito; ato constitutivo; contrato social; direitos e obrigações dos sócios; responsabilidades dos sócios; administração da sociedade; o estabelecimento; registro; nome; preposto; escrituração.
3. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada e sociedade anônima;
4. Propriedade industrial, marca, patente, desenho industrial, invenção e modelo de utilidade.
5. Registro das empresas mercantis.
6. Contratos de compra e venda mercantil; alienação fiduciária; trespasse, factoring, holding, off shore e arrendamento mercantil.
7. Título de créditos. Conceito; características; endosso; aval; aceite; ação cambial; protesto; letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata.
8. Falência e recuperação judicial.
9. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
10. Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.
11. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
12. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
13. Lei nº 8.934, de novembro de 1994 e Decreto 1.800, de 30 de janeiro de 1996.
14. Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

15. Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.
16. Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985.
17. Decreto-Lei 911, de 1º de outubro de 1969.
18. Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908.
19. Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.
20. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
21. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
22. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
23. Toda atualização relativa à legislação indicada até à data da publicação do Edital.

ANEXO IV
(a que se refere a alínea “g” do subitem 13.1.1 deste Edital)

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) de RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, para fins de comprovação de requisito para a outorga da delegação, que não exerci, nos últimos 10 (dez) anos, qualquer atividade notarial ou de registro.

Local e Data:

Assinatura do Declarante

ANEXO V
(a que se refere o subitem 13.1.3 deste Edital)

**REQUERIMENTO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO
PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A OUTORGA DAS DELEGAÇÕES**

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023

_____, abaixo assinado, inscrição nº _____, requer a juntada dos documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos para a outorga das delegações a que se refere (conforme o caso) o subitem 13.1.1 ou o subitem 13.1.2, ambos do Edital nº 001/2023, os quais estão colocados na ordem constante do referido subitem.

Pede deferimento.

Local e Data:

Assinatura do candidato

ANEXO VI
(a que se refere o subitem 15.1.1 deste Edital)

REQUERIMENTO DE JUNTADA DE TÍTULOS

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023

_____, abaixo assinado, inscrição nº _____, requer a juntada dos seguintes títulos: (relacionar os títulos apresentados)

Pede deferimento.

Local e Data:

Assinatura do candidato

ANEXO VII
(a que se refere o subitem 16.3.1.1 deste Edital)

REQUERIMENTO DE JUNTADA DE CERTIDÃO PARA FINS DE DESEMPATE

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público, de Provas e Títulos, para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão - Edital nº 001/2023.

_____, abaixo assinado, inscrição nº _____, requer, para fins de desempate, a juntada de certidão comprobatória de exercício da função de jurado em tribunal do júri, emitida pelo juízo competente.

Pede deferimento.

Local e Data:

Assinatura do candidato

ANEXO VIII
(a que se refere o subitem 18.16.5 deste Edital)

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) de RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO**, sob responsabilidade civil, criminal e disciplinar, para fins de investidura na delegação do serviço do _____, da Comarca de _____, que não exerço a advocacia e não ocupo qualquer cargo, emprego ou função pública, bem como não mantenho qualquer vínculo com outro serviço notarial ou de registro, além de não ter sido demitido, exonerado ou dispensado de cargo, emprego ou função pública em órgãos da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, tampouco de serviço notarial ou de registro, em virtude de condenação civil, criminal ou de penalidade disciplinar.

Local e Data:

Assinatura do Declarante

ANEXO IX

(a que se refere a alínea “a” do subitem 18.17.1 deste Edital)

TERMO DE EXERCÍCIO de [nome da pessoa] no [identificação ordinal e nome da serventia] de [nome do Município/Distrito] da Comarca de [nome da Comarca].

Aos [dia] dias do mês de [mês] de [ano], perante o(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(Juíza) de Direito Diretor(a) do Foro da Comarca de [nome da comarca], Dr.(a) [nome do(a) Juiz(Juíza)], compareceu [nome da pessoa], portador(a) da cédula de identidade nº [número do documento], e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [número do CPF], e, apresentando termo da investidura ocorrida perante o Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça, declarou que, nesta data, assume o exercício no [identificação ordinal e nome da serventia] de [nome do Município/Distrito] da Comarca de [nome da Comarca], tendo em vista delegação que lhe foi outorgada por ato do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, publicado no Diário Eletrônico da Justiça, edição de [data da publicação]. Para que produza os devidos efeitos legais, lavrou-se o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, _____, [identificação do servidor], o digitei e subscrevi.

Juiz (Juíza) de Direito Diretor(a) do Foro

Oficial / Tabeliã(o) do [identificação ordinal e nome da serventia] de [nome do Município/Distrito]

ANEXO X
(a que se refere a alínea “b” do subitem 18.17.1 deste Edital)

CADASTRO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO DO ESTADO DO MARANHÃO
Preencher corretamente todos os campos (anexar cópias dos documentos)

DADOS DA SERVENTIA

SERVENTIA: _____

CÓDIGO:

USUÁRIO DO CNJ:
NÚMERO

CNS:

LEI DE CRIAÇÃO: DATA: / /

INSTALAÇÃO:

/ /

CNPJ:

COMARCA:

MUNICÍPIO:

DISTRITO:

ENDEREÇO:

COMPLEMENTO: BAIRRO: Nº

CEP:

TEL: () FAX: () E-

MAIL:

DADOS DO TITULAR DA SERVENTIA

TITULAR: _____ E

MAIL: _____

CPF: _____

RG: NASCIMENTO: / /

FORMA DE PROVIMENTO: () DESIGNAÇÃO - ATO DO JUIZ DE DIREITO

() NOMEAÇÃO OU PROVIMENTO - ATO DO

GOVERNADOR

() DELEGAÇÃO EFETIVA - ATO DO GOVERNADOR

() OUTORGA DA DELEGAÇÃO - ATO DO GOVERNADOR

() DESIGNAÇÃO - ATO DO GOVERNADOR

(X) OUTORGA DE DELEGAÇÃO – ATO DO PRESIDENTE DO TJMA

OUTORGA: / / INVESTIDURA: / /

EXERCÍCIO: / /

DADOS DO(S) SUBSTITUTO(S) DA SERVENTIA

NOME:

CPF:

RG: NASCIMENTO: / /

CARGO: () Escrivente () Auxiliar () Interventor REGIME DE TRABALHO: () Estatutário ()
Celetista DATA DE INGRESSO: / / ASSINATURA DO
SUBSTITUTO:

NOME:

CPF:

RG:

NASCIMENTO:

/ /

CARGO: () Escrivente () Auxiliar () Interventor REGIME DE TRABALHO: () Estatutário ()

Celetista DATA DE INGRESSO: / / ASSINATURA DO

SUBSTITUTO:

DATA: / / ASSINATURA E CARIMBO:

(TITULAR)

CONFERIDO EM: / / JUIZ DIRETOR DO FORO:

Qualquer alteração deverá ser comunicada, imediatamente, à Corregedoria Geral da Justiça

(endereço)